

A “Sociologia” da Renovação Carismática

**Recensão do Livro *Um sopro do Espírito:*
a renovação conservadora do catolicismo carismático,
de José Reginaldo Prandi.**

(São Paulo : Edusp/Fapesp, 1997)

Entre 1992 e 1996, José Reginaldo Prandi (Professor de Sociologia da Universidade de São Paulo) realizou, juntamente com seus alunos e orientandos da pós-graduação da USP, uma pesquisa de grande abrangência sobre um movimento religioso que adquire notoriedade cada vez maior: a Renovação Carismática Católica (RCC). A pesquisa realiza não só um mapeamento da RCC, mas também do campo religioso brasileiro contemporâneo em algumas de suas vertentes, tais como o pentecostalismo e as religiões afro-brasileiras.

O subtítulo do livro nos dá a chave interpretativa deste fenômeno religioso: uma renovação conservadora. Para Prandi, a RCC se define como um movimento de dupla reação “conservadora”: dentro da Igreja Católica, com relação às Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) e sua reflexão/práxis sócio-política; fora da Igreja Católica, com relação ao pentecostalismo e neopentecostalismo e sua proposta de acesso acelerado à experiência de transcendência.

Prandi enfatiza uma certa tensão subjacente à RCC: movimento de leigos, que praticando os “dons carismáticos” como o falar em línguas, as curas e profecias, conflita-se com a hierarquia, que de um lado a apóia — por retomar o “lado espiritual” e reagrupar novamente os fiéis —, mas de outro, no documento n. 53 da CNBB,

tenta disciplinar a prática desses dons para evitar um possível uso mágico. Isso para não falar da resistência à RCC da ala progressista da hierarquia.

O discurso da RCC, para Prandi, é conservador, contrapondo, na visão de um dos ideólogos do movimento (Pe. Luís A. Gambarini), o “estar no mundo com seus pecados como ódio, ciúmes, etc., e o estar em Deus (...), *locus* da verdade, da não escuridão” (p. 81). Prandi afirma, em comparação, que as Cebs “significaram uma mudança efetiva na prática pastoral, com inequívoca abertura para as questões sociais, gerando inclusive mecanismos de formação de militância político-partidária” (p. 98).

O autor investiga ainda as práticas da RCC no denominado “grupo de oração”, base da RCC formada por grupos de pessoas que se reúnem semanalmente com cânticos, leituras bíblicas e manifestações carismáticas, chegando, segundo Prandi, a uma espécie de “transe” de características extáticas. Essas práticas carismáticas não acontecem ao sabor do vento, ou, no caso, do sopro, mas são articuladas em uma espécie de ritual. Contudo, Prandi permanece numa análise de linhas gerais. No capítulo onde analisa comparativamente a RCC e as Cebs, Prandi os situa num contexto sociopolítico no Brasil e na Igreja. As Cebs tiveram seu auge até o final dos anos 80, atravessando a ditadura. A partir daí, começa seu esvaziamento por vários fatores, como o avanço de posições conservadoras na Igreja e o crescimento explosivo das Igrejas neopentecostais e de cura divina. Paralelamente a esse contexto cresce a RCC.

Prandi analisa os confrontos e interpenetrações da RCC e Cebs. As últimas “acusam” a RCC de “não ligar(em) o evangelho à vida” (depoimento de uma agente de pastoral, cit. p. 106). Há como que uma “invasão” da RCC em muitas comunidades quando refluem as Cebs. Prandi acentua esse impacto quando cita um caso de uma ministra da eucaristia que acabou deixando até a pastoral da juventude para participar da liderança de grupos carismáticos (p. 110). Seria um movimento “conversionista”, impactando a dimensão existencial dos agentes de pastoral? A pergunta é deixada em aberto.

Uma das percepções mais interessantes ocorre quando Prandi analisa “uma experiência da renovação na organização popular” (p. 111). Descreve então a trajetória de Rosa, membro de uma comunidade pobre em São Paulo. Ela ingressa na Igreja, segundo seu próprio depoimento, pelo testemunho de católicos que lutavam por melhores condições de moradia, mas, também segundo ela, conhece a conversão interior — ela deixa de ser testemunha de Jeová — quando começa a participar da RCC. Prandi fala em outros exemplos de “mudança interior”.

Outro ponto interessante surge quando Prandi nos fala do encontro, a convite do grupo de oração — a RCC, ao menos em algumas regiões, tem um certo hábito de chamar pessoas que não compartilham das mesmas concepções para darem palestras, principalmente padres —, de um frei, adepto declarado da Teologia da Libertação e pároco do local onde o grupo da RCC existia. Há toda uma interpelação mútua nesse momento. O Frei frisava que a RCC não dava ênfase à questão social, ao que foi interpelado por testemunhos de mudança de vida e da afirmação que a RCC tinha ministérios sociais como associações para ajuda de enfermos e alcoólatras. O Frei acabou pedindo para não ser mal compreendido (p. 120). Na p. 114, Prandi assinala o “receio” de que haja uma “indesejável carismatização no coração das Cebs (...)”. Ele menciona um certo “revisonismo” de alguns teóricos com relação aos conceitos de comunidade eclesial de base.

A seguir, o autor compara a RCC ao fenômeno pentecostal. Primeiro coloca a questão do Concílio Vaticano II e aborda o tema do desencantamento do mundo. A RCC situar-se-ia como exemplo de uma espécie de reencantamento, especialmente quando o autor assinala a identidade da RCC e do pentecostalismo no tocante às curas divinas (cf. p. 124). Ele arrola uma série de testemunhos de cura, embora reconheça que a RCC demonstre certo “acanhamento” na questão da cura. Um dos marcos de identidade que afasta a RCC do pentecostalismo é o culto a Maria e a eucaristia. Estes são fundamentais para a catolicidade do movimento.

Muitas outras questões abordadas no livro de Prandi são interessantes, mas comentá-las ultrapassaria o espaço de uma

recensão. Para finalizar, então, cabe ressaltar ainda que Prandi analisa a RCC em suas bases sociais a partir de amplo *survey* (p. 165-67) realizado em pesquisas. Neste mesmo capítulo final, ele distingue entre as Igrejas protestantes, pentecostais e neopentecostais. Enfatiza que a RCC está ligada à classe média, embora no decorrer do texto deixe entrever penetrações em setores populares.

Prandi aproxima-se do final de seu livro analisando as implicações da RCC para a esfera política, acentuando a tendência de seus membros a votar em políticos de centro. Assinala, contudo, que para a RCC, segundo um depoimento de um vereador de Itaquaquecetuba (coordenador da RCC) que cita textos bíblicos falando da importância da ação e da oração, não existiria tanto conflito entre a RCC e as Cebs. Depois disso, aduz-se igualmente a interessante fala de um ex-militante das Cebs, hoje participando da RCC: “Eu lutava por algumas coisas, hoje a gente continua lutando com o mesmo espírito, só que (...) mais moderado. Não é que a gente vai ficar santo, mas mudou muita coisa na vida da gente. Algumas coisas erradas que a gente faz na igreja, fumar, beber álcool, essas coisas. (...) dentro da RCC a gente vai aprendendo dia a dia que essas coisas não são viáveis. Não por causa do *pecado* [grifo nosso], mas por causa da saúde (...). Tanto material, quanto espiritual” (p. 173).

Emerson J. Sena da Silveira
Mestrando, Pós-Graduação em Ciência da Religião/UFJF